

## VILAS RURAIS DO PARANÁ: FORMA DE ASSENTAMENTO EM BUSCA DE UM TETO E DE UMA PROPRIEDADE.

Afonso de Souza Cavalcanti <sup>1</sup>

### As Vilas Rurais do Paraná: Do Projeto Inicial à Realidade

#### 1.1. A riqueza do Estado passa pelo desenvolvimento social.

O abandono do homem no campo, levou o Governo do Paraná à execução do "Programa de Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador Rural". O referido programa foi criado em janeiro de 1995, devendo ser executado através dos seguintes órgãos paranaenses: Secretaria da Agricultura e do Abastecimento - SEAB, Empresa Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER-PR, Companhia de Desenvolvimento Agropecuário do Paraná - CODAPAR, Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral - SEPL, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social - IPARDES, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná - FETAEP. Fazendo parte do **Programa da Melhoria da Qualidade de vida do Trabalhador Rural**, consta o Subprograma: Vilas Rurais. O Governo do Paraná propôs uma meta a ser seguida, visando garantir o lugar de destaque do Estado como maior produtor de grãos do Brasil e em contrapartida priorizar o ser humano. Os levantamentos estatísticos demonstravam que mais de 400 mil trabalhadores rurais ("bóias-frias") passavam todo tipo de necessidade. Para alavancar o progresso econômico do Estado é necessário resolver a questão social histórica do Paraná: o abandono do homem no campo e na cidade<sup>2</sup>.

Em 1995, o Estado do Paraná estava em decadência. Aproximadamente 20% de sua população (1.800.000 pessoas) não ganhavam o suficiente para sobreviver e não tinham oportunidade de trabalho. Segundo o SINE-PR, mais de 150 mil pessoas ficaram desempregadas e milhares de postos de trabalho foram desativados. O mais grave, que tem origem nas décadas de 80 e 90, é que mais de 800 mil paranaenses migraram para outras regiões, em busca de uma nova perspectiva de vida.

Para não permitir novas migrações e

melhorar a condição de vida dos que vivem neste Estado, algumas medidas serão necessárias, dentre outras: gerar empregos, desenvolver a agricultura, propiciar nova forma de assentamento do homem no campo.

A modernização da agricultura, necessariamente requer que as propriedades rurais sejam tratadas como empresas e que seus proprietários produtores tenham do Governo a garantia da produtividade e do preço mínimo. A política agrícola do Estado necessita de uma forte organização regional, conforme a vocação produtiva de cada região do Estado. Ao empreender a produtividade, o proprietário estará projetando uma certa quantidade, com qualidade e visando o mercado consumidor garantido. A modernização da agricultura não resolve a questão do abandono do homem no campo, se houver a continuidade da monocultura das grandes extensões mecanizadas do Estado. A produção de grãos, em vastas extensões, é primordial ao enriquecimento econômico do Estado e especialmente dos grandes capitalistas, mas não o é para os bóias-frias e pequenos proprietários. As grandes áreas mecanizadas têm favorecido, diga-se de passagem, aos vendedores de insumos e de implementos agrícolas. Os pequenos e médios proprietários, por não possuírem maquinários e implementos agrícolas, dependem dos que as possuem, quase sempre os grandes proprietários. Pelo fato de dependerem daqueles que os possuem, suas terras são trabalhadas, plantadas e colhidas pelos maquinários, conforme os interesses dos proprietários das máquinas e implementos agrícolas. As pequenas e médias extensões sempre vão ficando por último e muitas vezes atrasam os plantios e perecem as colheitas. Os que sempre dependem dos outros desanimam e terminam vendendo suas terras aos mais fortes. A junção das pequenas propriedades, logicamente constitui a formação de grandes áreas, ora mecanizadas, ora em pastagens, e que têm apenas favorecido aos grandes proprietários. Se estamos em regime do liberalismo econômico, é necessário repensar o problema caótico da mão-de-obra sem qualificação (especificamente o trabalhador braçal, originário do campo).

<sup>1</sup>. Professor Mestre, Docente na UNIPAR - Paranavaí na área de História

<sup>2</sup>. Programa de Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador Rural. P. ii-2.

Não basta apenas produzir. Ao produzir a matéria-prima, os empreendedores devem visar a instalação e modernização de agroindústrias que transformarão esta matéria-prima em produtos industrializados. A produção agropecuária, a industrialização e a comercialização, unidas representam a geração de emprego, enriquecimento dos produtores e melhoria da qualidade de vida.

## 1.2. Vilas Rurais: uma forma de assentamento planejado.

Segundo o Censo Agropecuário de 1975, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Paraná perdeu inúmeros pequenos proprietários. "Em 1970, o Paraná contava com 295.272 estabelecimentos agrícolas, numa área de 1.575.000 hectares, para 13 grandes propriedades, numa área de 438.000 hectares. Cinco anos depois, as pequenas propriedades eram 237.863, numa área de 1.289.000 hectares, para 28 grandes proprietários, numa área total de 691.000 hectares."<sup>1</sup> Ao diminuir o número das pequenas propriedades e aumentando o número dos grandes proprietários, constata-se que os pequenos produtores, ora sem terra, tornaram-se migrantes do Paraná para Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Estados do Norte, Paraguai e grandes cidades brasileiras. Estes trabalhadores encheram as periferias das grandes cidades (Curitiba, Londrina, Maringá, São Paulo e outras) e se transformaram em assalariados urbanos, trabalhadores volantes ou mesmo mendigos. Os que permaneceram no Paraná, ou se tornaram moradores dos diversos municípios de origem e municípios vizinhos ou permaneceram abandonados no campo. É para estes paranaenses que deve ser desenvolvido o **Subprograma Vilas Rurais**.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná está junto com os diversos órgãos da administração do Estado do Paraná implementando o **Subprograma Vilas Rurais**. Esta Federação informa que no início de 1980, havia no Paraná aproximadamente 1.500.000 trabalhadores rurais. Destes, 800.000 eram considerados bóias-frias; 400.000 tinham salários permanentes; 100.000 eram arrendatários, meeiros e parceiros agrícolas. Somente 200.000 eram considerados pequenos proprietários. Os números mostram que a maioria da força de trabalho do campo era *expropriada*. Os expropriados tornaram-se explorados pela forma de remuneração que percebem, tanto nos centros urbanos como na zona rural. O trabalhador volante

(bóia-fria) recebe uma diária aproximadamente do equivalente a 1/30 do salário mínimo nacional líquido, mais as obrigações sociais e previdência social, menos o FGTS. As diárias pagas variam de região para região e dependem de seus setores produtivos. Como exemplo, a Região Norte do Paraná (Maringá-Londrina), área de grande concentração de parque cafeeiro e canavieiro, a diária exigida pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais é de R\$9,01. Hipoteticamente pode-se afirmar: se em 1980, o Paraná contava com 800.000 bóias-frias que tinham e têm seus vencimentos com base em diárias, aproximados aos que constatamos acima, então, a massa trabalhadora volante está em condição de miséria. A miséria destes trabalhadores é histórica e continuará se não houver medidas cabíveis. É necessário tirar a miséria do bóia-fria e transformá-lo em cidadão. Permitir que as cidades de médio e grande porte continuem se expandindo rapidamente como foi o caso de Curitiba que incrementou sua população numa taxa geométrica de 5,40% anual, na década de 80-90. Neste mesmo período, o Paraná cresceu apenas 0,90% ao ano. O êxodo rural foi intenso no Paraná, neste período. Sem contar com o êxodo rural, para fora do Estado, é necessário ressaltar que as migrações campo-cidade aumentaram a necessidade da infra-estrutura da maioria dos municípios e estes não contam com recursos viáveis para garantir a geração de novos empregos, habitação, saúde, educação, transporte, pavimentação e outros serviços indispensáveis à qualidade de vida. Prevendo as inúmeras insatisfações populacionais, o Programa do Governo do Paraná, no seu Subprograma: Vilas Rurais, em andamento, em 273 municípios, já construiu e está construindo, até o momento, aproximadamente 412 vilas rurais.<sup>2</sup> A seguir, analisaremos as seguintes questões: O que vem a ser uma vila rural? Quais são os benefícios apresentados pelas vilas rurais do Estado do Paraná?

### 1.2.1. Uma vila rural: geográfica, social, política e economicamente.

Ao percorrer o Estado do Paraná, em seus 199.554 km<sup>2</sup>, com uma população aproximada de 8.416.000 habitantes<sup>3</sup>, neste Estado serão encontradas 412 vilas rurais, sendo 308 concluídas, com 11.697 unidades; 87 em obras, com 3.572 unidades; 17 projetadas, com 637 unidades. Estas vilas abrigarão 15.906 famílias, totalizando mais de 80.000 pessoas.<sup>4</sup>

Inicialmente, o subprograma vilas rurais previa a construção de 300 vilas rurais, em 04 anos de governo.

<sup>1</sup>. Programa de Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador Rural. P. 13.

<sup>2</sup>. Cf. O Paraná plantou. **Revista Bem Morar**, Ano 2000, p. 4.

<sup>3</sup>. IBGE. Censo de 1991.

<sup>4</sup>. Cf. **Revista Bem Morar**, ano 2000, p. 4.

Estas deveriam ser loteadas em 200 lotes, variando de 2000 a 5000 m<sup>2</sup> e deveriam abrigar 60.000 famílias. O projeto sofreu alterações devido a uma série de reivindicações feitas, frente às dificuldades encontradas, conforme o que determina o “Programa de Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador Rural”.

Em 2001, parece que o *Subprograma Vilas Rurais* está em alta e representam vantagens ao Estado do Paraná, em termos de assentamento planejado. Para esclarecer melhor esta questão, serão apresentados neste trabalho dois exemplares das vilas rurais. Trata-se da Vila Rural Paraíso, de Jandaia do Sul e da Vila Rural Nova Ucrânia, de Apucarana. Os dois modelos serão apresentados no aspectos geográfico, social, político e econômico, que analisaremos a seguir.

#### 1.2.1.1. A Vila Rural Paraíso (Município de Jandaia do Sul) e a Vila Rural Nova Ucrânia (Município de Apucarana)

**Geograficamente: I. A Vila Rural Paraíso**, situada no município de Jandaia do Sul, apresenta as seguintes características: a) sua instalação total ocupa uma área de 366.904 m<sup>2</sup>, ou seja 36,69 hectares; b) a vila é composta por 62 unidades, variando de 5.000 m<sup>2</sup> a 7.000 m<sup>2</sup>. A princípio todos os lotes deveriam ser cortados sob a medida de 5.000 m<sup>2</sup>. Devido à curvatura da estrada (rua) que percorre todo o sítio da vila e outras divisas, alguns lotes ficaram maiores. As unidades desta vila limitam-se com a rua central, com as unidades vizinhas, com a reserva florestal ou ainda com as divisórias maiores do sítio rururbano<sup>1</sup> total. O sítio é levemente inclinado e de terra roxa (basalto do Norte do Paraná), excelente para a produção de café, grãos e produtos hortifrutigranjeiros. As unidades, quer sejam de 5.000 m<sup>2</sup> ou de 7.000 m<sup>2</sup>, são protegidas pelo sistema de microbacias, conforme exigências do sistema agrônomo de engenharia da Secretaria do Meio Ambiente. **II. A Vila Rural Nova Ucrânia**, situada no Município de Apucarana, tem as seguintes características: a) O sítio total da vila é de 459.311 m<sup>2</sup>, ou seja, 45,93 hectares; b) a Vila Rural Nova Ucrânia é composta por 65 unidades, variando de 5.000 m<sup>2</sup> a 7.000 m<sup>2</sup>; c) é a primeira vila rural a ser inaugurada no Paraná; c) seus lotes fazem limites com a rua central, com os lotes vizinhos, com as margens do sítio rururbano total ou ainda com a reserva florestal. O território da vila é ligeiramente inclinado. O solo é de terra roxa, propício ao desenvolvimento de diversos produtos como o café, hortifrutigranjeiros, grãos em geral e especial para atividades criatórias de pequenos animais. Toda a extensão da vila é protegida pelo sistema de microbacias,

conforme as exigências da Secretaria do Meio Ambiente. **III.** Ambas as vilas, seguindo o modelo projetado pelo *Subprograma Vilas Rurais*, têm em comum os seguintes aspectos: a) as unidades variam de 5.000 m<sup>2</sup> a 7.000 m<sup>2</sup>, dependendo de sua situação geográfica no território total da vila. Normalmente são maiores os lotes que se limitam com a curvatura da rua, que se situam junto das divisas externas e ainda que se aproximam da área de reserva florestal; b) os lotes são protegidos por uma *cerca de arame liso*, pregado em palanques de madeira cozida, com aproximadamente 1,60 m de altura, tendo na sua entrada uma porteira dupla, feita em madeira serrada; c) cada unidade da vila contém *uma casa construída em alvenaria, com área de 44m<sup>2</sup>*, e coberta com telha de barro. A casa é completa com instalações de água, luz e esgoto sanitário (no sistema de fossa séptica); d) normalmente, as unidades das vilas mais antigas contam também com a construção de um *paiol (com área de 12,00 m<sup>2</sup>)* e de um *galinheiro (com área de 9,00 m<sup>2</sup>)*, construídos em madeira e com cobertura de telhas de eternit. O paiol e o galinheiro são benfeitorias adquiridas com o recurso do Paraná 12 meses, do Governo do Estado do Paraná; e) toda a extensão das unidades das vilas é protegida *pelo sistema de microbacias* e entregue limpa, em estado de perfeito uso para que o proprietário possa produzir produtos que sirvam para sustento de si e de sua família e ainda destinados à comercialização; f) a *rua central* que limita as frentes das unidades das vilas contém uma largura de 12 metros e é cascalhada com saibro para evitar atoleiros. As margens das ruas são arborizadas com árvores e arbustos ornamentais (nas espécies de acácia mandurana, sibipiruna, aroeira salsa, jacarandá mimoso, ibiscus, ficus, leguster leguminosa e outras) e também com fruteiras (nas espécies de amexeira, mangueira, abacateiro, jaboticabeira, abacateiro, goiabeira, laranjeiras e outras). Alguns moradores, os mais caprichosos, ornamentam as frentes de seus lotes com plantas de jardins e até mesmo protegem a divisa frontal do lote, onde está a cerca de arame liso, com pequenos arbustos ornamentais; g) no mínimo 20% do sítio rururbano total de uma vila, obrigatoriamente, são reservados como *área de reserva florestal*. Os moradores das vilas são incentivados a conservar e ampliar esta reserva florestal; h) as Vilas Rurais Paraíso e Nova Ucrânia estão situadas no Norte do Paraná, junto ao Trópico de Capricórnio, ambas de terra roxa (basalto), sofrem os efeitos do clima subtropical temperado sul. Os produtos agrícolas cultivados nestas vilas correm o risco de geadas e de secas. Para proteger os moradores e ajudá-los na sobrevivência, a organização das vilas construiu uma rede de água

<sup>1</sup>.Rururbano é um termo usado para definir uma área com características urbanas mas situada na zona rural.

específica para a irrigação do território das unidades. Esta rede de água para irrigação foi construída na mesma vala por onde passa a rede de água. A rede de água potável vem da caixa d'água que é abastecida pelo artesiano, ao passo que a rede de água para irrigação vem bombeada de uma represa servida pelo ribeirão que faz fundo com o lote central da vila rural. As redes de água potável e para a irrigação passam nas margens da rua e servem a todas as moradias; i) as vilas rurais possuem para o uso comunitário de todos os seus moradores os seguintes benefícios: salão comunitário (para diversas reuniões), creche, mini posto de saúde, pontos de circular, campo de futebol, espaço público reservado à praça e outros; j) as vilas estão situadas próximas de rodovias asfaltadas. Normalmente, uma das faces do sítio da vila limita-se com a rodovia. O serviço de transporte escolar dos alunos do 1º e 2º graus é feito pela Prefeitura do município de origem. Ainda é necessário ressaltar que aqueles que planejam uma vila rural, devem situá-la próxima de atividades econômicas em franco desenvolvimento (como são os exemplos das lavouras cafeeiras, canavieiras e ainda de atividades hortifrutigranjeiras, leiteiras e outras). As vilas rurais, em espécie, Paraíso e Nova Ucrânia, estão situadas bem próximas de grandes extensões de cana-de-açúcar (é o caso da COPERVAL – Cooperativa do Vale do Ivaí, Jandaia do Sul), de café adensado e ainda de um centro industrial e cidade entroncamento em próspero desenvolvimento (é o exemplo do Município de Apucarana).

**Socialmente:** no aspecto social, conforme o *Subprograma Vilas Rurais*, o primeiro objetivo de uma vila rural é resolver o problema da moradia para quem não tem. Ao abrigar a família abandonada, o programa evita que esta família colabore com o inchaço urbano na periferia das grandes cidades ou se torne migrante, sem recurso, para outras regiões do país ou até mesmo nos países vizinhos. O segundo objetivo de uma vila é tornar a família expropriada em proprietária e ao mesmo tempo redimensionar sua vida. Os que se tornaram expropriados, além de perder as esperanças de obtenção de uma vida melhor, muitas vezes também deixam morrer em si mesmas os preceitos norteadores para uma vida social necessária. Explicase: **o homem tem seus limites entre a ignorância e o saber.** A maioria dos abandonados, como é o caso das famílias carentes, que buscam o abrigo de uma vila rural e se tornam integrantes da seleção feita pela organização da vila, pode ser considerada um conjunto da população que se torna massa de manobra e que servirá de mão-de-obra farta e barata para aqueles que detém os meios de produção alavancadores do Estado (espe-

cialmente na zona rural).

A migração das famílias da zona rural para a cidade, de uma cidade para a outra e até mesmo para outros estados e regiões, indica fracasso de seu projeto de vida. Por outro lado, se os filhos jovens continuam migrando, da mesma forma que fazem diversas famílias, é sinal que há fracasso na cidade ou na região. Aquela região ou cidade que abrigou estes jovens não os suporta mais. A zona rural paranaense perdeu mais de 400.000 famílias, entre 1970-1990, devido as mudanças econômicas, políticas e sociais que atingiram este espaço. A mecanização agrícola, no Paraná e em outros Estados, veio sob as ordens da política econômica adotada. As indústrias passaram a fabricar máquinas, implementos e insumos agrícolas que se destinavam ao campo mecanizado. As áreas cafeeiras sofreram os ataques da ferrugem. As geadas, especialmente a de 1975, contribuíram para a morte dos cafezais. Os preços do café descambaram no mercado. O Estatuto do Trabalhador Rural aproximou o trabalhador rural do trabalhador urbano e isto dificultou. As relações de trabalho no campo variam consideravelmente no tempo e no espaço, em contraste com o que se dá na indústria e no comércio. E tal variabilidade precisa naturalmente ser levada em conta pela lei, ... Isso se verifica logo na definição do trabalhador rural, que para os efeitos da lei "é toda pessoa física que presta serviços a empregador rural, em propriedade rural ou prédio rústico, mediante salário pago em dinheiro ou in natura, ou parte in natura e parte em dinheiro".<sup>1</sup> Esta análise será aprofundada no II capítulo deste trabalho.

Para resolver, em parte, as questões sociais e evitar a migração no Paraná, a saída política, econômica e social deverá ser a de satisfazer às necessidades e demandas urgentes de cada região do Estado. O Governo do Paraná indica que a sua Administração já traçou estes caminhos e de fato é preciso conferi-los Paraná a dentro. Segundo o Governo, o Paraná é um Estado com forte vocação econômica e com uma população fortemente guerreira. Para isso, a política administrativa do Governo indica que é preciso integrar as Universidades, Faculdades e Escolas em geral com os setores produtivos organizados. Vamos ao quadro geral do Paraná:

1. Paranaguá poderá se transformar em Tecnoporto e será ligado com o exterior através de sistemas avançados de telecomunicações. Transformar-se-á em grande centro de negócios, de turismo ecológico e centro histórico;
2. As regiões industrializadas e com forte potencial produtivo, citam-se: Curitiba, Ponta Grossa, Londrina, Maringá, Araçongas, Umuarama, Cianorte, Cascavel e outras, deverão implantar e desenvolver cursos de

<sup>1</sup>. Caio Prado JUNIOR. *A questão agrária*. P. 144-145.

administração, design de modas, estamparia e modelagem, desenho industrial e técnicas de marcenarias, turismo e hotelaria, engenharia de alimentação e outros, de acordo com as demandas;

3. Desenvolvimento do comércio regional integrado, principalmente entre as regiões que têm um caráter agro-industrial mais forte;

4. Implementação de uma política agro-pecuária que abranja todos os municípios do Estado, revitalizando e modernizando o atual programa de extensão rural. Que este programa capacite, dê técnica e capacidade de gerenciamento ao produtor rural, através da EMATER, TECPAR, IAPAR e SENAR;

5. Atualizar e ampliar as linhas de créditos a todos os setores produtivos da sociedade e possa garantir: a implantação de cursos de capacitação de mão de obra, de gerenciamento, de distribuição de sementes, de melhoria de infra-estrutura, transporte e armazenagem, recuperação e aproveitamento de florestas, melhoria da eletrificação e telefonia rurais, entre outros.

Todas estas questões são necessárias para a análise social das vilas rurais. Não há outra forma de evitar a migração (o êxodo rural) se não houver a criação de condições para que a família ou apenas seus filhos não deixem o campo. Os grandes centros urbanos estão sofrendo o ônus da incorporação de milhares de paranaenses que chegam em cada ano. As vilas rurais, hoje implantadas já evitaram que mais de 80.000 pessoas venham aumentar o inchaço urbano. Este número de vileiros é significativo diante da população do Estado do Paraná e já representa quase 1% da população do Estado e aproximadamente 10% da população carente. Alguns municípios do Estado já abrigaram mais de 10% de sua população carente. A cidade de Jandaia do Sul, onde está a Vila Rural Paraíso, mais de 10% de sua população carente já está assentada.

As vilas rurais representam o maior programa de assentamento rural planejado do País. As 412 vilas construídas, em construção e projetadas, não são mais um sonho mas uma realidade. Variando de 12 a 130 unidades, as vilas rurais estão garantindo uma forma ainda bastante falha de assentamento, mas é uma medida coerente para evitar conflitos e invasão de propriedades. Os que passam a morar numa propriedade de uma vila rural tornam-se proprietários, enchem-se de esperança para dias melhores. De possíveis migrantes, pedintes e candidatos a moradores das periferias das grandes cidades, os vileiros assentados, ao se tornarem proprietários de uma unidade de uma vila, voltam a ter um teto e um pedaço de chão suficiente para produzir o sustento de sua família. Antes das vilas era impossível ficar. Com as vilas instaladas foi possível ficar, morar, produzir e encher-se de esperança. Os municípios do Estado do Paraná, na sua maioria, são pequenos municípios. Se tomarmos a população do Estado que é de

aproximadamente 9.000.000 de habitantes e o número dos municípios que é de 399, teremos uma média habitacional de 25.000 habitantes por cidade. Exatamente os menores municípios ficam com o maior número de vilas, portanto para estes municípios, as vilas rurais são muito representativas.. Tomemos como exemplo a cidade de Marumbi que tem hoje menos de 6.000 habitantes. Este já construiu duas vilas rurais que abrigam 168 famílias, aproximadamente 850 pessoas, ou seja, em torno de 15% da população residem nas vilas rurais. Certamente, se existe um número elevado de moradores nas duas vilas, o motivo principal está que a maioria dos proprietários de terras rurais corresponde a grandes proprietários. O município de Marumbi está hoje tomado pela lavoura canvieira. Os moradores das vilas são o grande potencial como cortadores de cana. Segurá-los nas vilas significa ter mão de obra farta na hora do corte da cana. Neste caso, as duas vilas rurais de Marumbi são muito mais um motivo político, uma forma econômica de proteger a Cooperativa do Vale do Ivaí – COPERVAL. Como a safra da cana é sazonal, nos intervalos das safras, certamente os vileiros estarão no pique maior de sua miséria social. Mas vamos adiante um pouco. As vilas rurais, além de abrigar as famílias, garantir um espaço para a produção de alimentos familiares e também produtos comercializáveis, elas têm por obrigação oferecer condições de capacitação de mão de obra para diversas atividades, conforme os dotes de seus moradores. É sua função social. Caminhando Paraná a dentro, verificamos que as vilas rurais fazem e podem fazer muito por seus vileiros: despertá-los para a criatividade. Encontramos na Vila Rural Terra Prometida, em Apucarana, um bom exemplo: a família do Senhor Altamiro, o Coordenador desta vila, desenvolve uma bela horta, cria frangos de granja e fabrica pães e doces. Os cinco membros da família, o pai, a mãe e os 3 filhos menores, trabalham nas atividades citadas. Os produtos são transportados por eles e vendidos na feira da Cidade de Apucarana. Fazem isto de 2 a 3 vezes por semana. A unidade pertencente a eles é muito bem cuidada. Podemos afirmar que são pessoas muito simples, mas trabalhadoras e organizadas.

Resumidamente, pode se afirmar que o Subprograma Vila Rural, se for aplicado conforme suas determinações, este representa uma grande iniciativa para retirar a miséria do homem que foi abandonado no campo. Se as propostas do Programa de melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador Rural não forem aplicadas, pode-se afirmar que sendo assim, uma Vila Rural não passará de um depósito de famílias carentes, fadadas à miséria.

**Politicamente:** as vilas rurais, hoje em número de 412, representam a maior organização do espaço rural brasileiro. É de fato a maior extensão mundial em

termos de organização do espaço rururbano. Interessante que as vilas estão espalhadas já em 273 municípios e em todas as regiões do Estado. Aquilo que parecia de difícil aceitação de muitos prefeitos passou a ser algo de atração, de interesse imediato. Muitos municípios que não contavam sequer com um distrito ou mesmo com um núcleo habitacional avançado e bem organizado, agora já os possui. Apesar de que os prefeitos necessitam comprar ou ganhar da iniciativa privada um terreno para construir uma vila, uma vila termina sendo um presente para o município. Quer uma vila de 12 unidades ou de 130 unidades, esta representa uma medida salutar contra a invasão de terras particulares. Uma vez habitada uma vila, seus moradores passam a sobreviver por sua conta e risco. Enquanto residem numa vila, as famílias dos vileiros tornam-se proprietárias e deixam de ser ameaças como potenciais, tais como: à invasão de terras, conforme o modelo do MST; ao inchaço urbano das periferias de muitas cidades; à migração para outros Estados e outras Regiões do Brasil ou até mesmo a países vizinhos do Brasil. Para o Estado do Paraná, as vilas rurais representam hoje aumento da prestação de serviços. Cada nova propriedade representa uma nova escritura pública que precisa ser lavrada no cartório. A organização de uma vila representa a junção de mão de obra organizada num determinado local. Este conjunto de mão de obra representa organização da força de trabalho, frente aos grandes produtores que necessitam desta mão de obra. Politicamente o Paraná ganhou 412 núcleos habitacionais que poderão se transformar em futuros distritos e quem sabe, no futuro até mesmo em novos municípios. Assegurar uma melhor qualidade de vida aos moradores das vilas rurais, é enriquecer o Estado do Paraná. Ao assegurar a melhor qualidade de vida aos moradores das vilas rurais, a instituição governamental do Paraná está garantindo a confiança dos novos eleitores do Estado. A política de dar teto a quem não tem e de ofertar condições àqueles que se tornam proprietários representa organizar politicamente a população para que esta seja mais consciente de seus direitos e deveres. Pelo simples fato de uma vila estar agrupada e de seus moradores serem de uma mesma origem social e econômica, isto facilita o trabalho de qualificação dos moradores de uma vila. Ao alavancar as forças produtivas do Estado e preparar mão de obra qualificada para nelas trabalhar, todos os organizadores das Vilas Rurais estão de certa forma criando uma política administrativa adequada aos tempos e aos locais. Se não houvesse a organização das vilas rurais, hoje, o Paraná teria que contar com mais de 80.000 pessoas para somar ao grande número de miseráveis que habitam o Estado. Para muitos municípios, uma vila rural resolve as dificuldades mais prementes de mais de 10% das famílias mais carentes.

**Economicamente:** As 412 vilas rurais, em suas

15.906 unidades, representam um valor venal elevado, em se tratando que o território das vilas nem é rural, nem é urbano. O preço de um alqueire paulista (24.200 m<sup>2</sup>), em várias regiões agrícolas do Paraná equivale a 1.200 sacas de soja em grão. O preço da soja, em setembro de 2001, é de R\$25,00. Sendo assim, um alqueire paulista de terra fértil passa a custar R\$30.000,00. Em média, em todo o Estado do Paraná, um hectare de terra, com possibilidades de mecanização agrícola, gira em torno de R\$5.000,00. O sítio rururbano das vilas rurais necessita ser de pequeno declive, portanto em condições de mecanização agrícola. Neste caso, na maior parte do Paraná, os 5.000 m<sup>2</sup> de uma unidade de uma vila rural passam a custar em torno de R\$2.500,00. Sobre o lote são implantadas as seguintes benfeitorias e infra-estruturas: a) uma casa de alvenaria, com 44,5m<sup>2</sup>, b) rede de água potável, esgoto (fossa), rede de água para irrigação e rede de energia elétrica, c) um paiol e um galinheiro. Todas estas benfeitorias e infra-estruturas somarão uma importância superior a R\$12.000,00.

Na hipótese de uma vila rural com 62 unidades, em pleno funcionamento, esta representa 62 moradias a menos, com menor custo para o município de origem. No espaço rururbano, os custos das taxas de água, luz e iluminação pública são menores. Se houvesse asfaltamento das ruas, provavelmente este teria menor custo devido a exigência da camada asfáltica ser mais fina. As despesas com as escrituras das propriedades e da mesma forma, os serviços de engenharia e execução de construção das casas (por serem mais simples) também são menores. Quanto mais distante da sede do município for situado o sítio da vila, menor será o preço das terras. Logicamente, os valores dos territórios das vilas variam de região para região, basta ver que o Paraná está dividido em cinco regiões geográficas e cada uma delas apresenta diferentes aspectos e certamente variam os valores econômicos a elas atribuídos. Na continuidade da análise econômica sobre uma vila rural com 62 unidades, caso específico da Vila Rural Paraíso, com 36,69 hectares, podem ser tiradas as seguintes conclusões:

a) uma área de 36,69 hectares equivale a 15,28 alqueires paulistas. Os lotes rurais, próximos desta vila podem ser negociados, hoje, no valor de R\$10.000,00 o alqueire paulista. Sendo assim, o valor real dos 15,28 alqueires paulistas representa R\$152.800,00;

b) o território das 62 unidades da vila, com aproximadamente 310.000 m<sup>2</sup>, apenas será suficiente para abrigar no máximo 62 famílias, sendo vedada a possibilidade de que o proprietário construa no terreno uma nova casa de moradia;

c) os 310.000 m<sup>2</sup> das 62 unidades da Vila Paraíso, se fossem um bairro da cidade de Jandaia do Sul, certamente poderiam ser divididos em mais de 620 terrenos urbanos de 300m<sup>2</sup> e ainda restariam 40% do

território para a infra-estrutura do bairro. Na cidade de Jandaia do Sul, os terrenos dos loteamentos urbanos mais baratos estão sendo vendidos acima de R\$4.000,00;

d) a ótica do Governo do Paraná e dos Prefeitos que construíram, estão construindo e projetam vilas rurais, é de que os custos sociais com os moradores de uma vila são inferiores aos custos sociais com os moradores de um projeto de casa popular ou projeto mutirão. Eles analisam a questão em outro ângulo: os moradores das vilas rurais recebem um terreno em condições de produzir grande parte do sustento familiar e ainda deve sobrar para a comercialização. Nos terrenos urbanos, o espaço de 300m<sup>2</sup> serve apenas para construir uma casa e outros abrigos, impossibilitando o desenvolvimento de plantações;

e) muitos dos moradores dos bairros mais pobres são bóias-frias. A maioria dos moradores das vilas rurais também os são. Parece que residir nas vilas rurais, a opção aos bóias-frias, em busca de serviço diário, é melhor. Segundo as informações dos representantes das vilas rurais, os proprietários próximos das vilas rurais que possuem frentes de trabalhos (como a lavoura canavieira, cafezais, retiro de gado leiteiro e outros) estão dando preferência aos moradores das vilas. A princípio porque a própria organização dos vileiros, em cada vila, tem reunido constantemente os trabalhadores e até mesmo negociado possibilidades de serviços quase que constante;

f) nos casos em que os trabalhadores bóias-frias das vilas rurais fiquem sem serviços diários porque esteja em períodos intermediários de produção, estes podem se ocupar em serviços no seu próprio terreno (no terreno de sua unidade). O mesmo não acontecerá com os bóias-frias da cidade. Estes não possuem esta opção;

g) uma vez que os moradores de uma vila, todos são considerados famílias carentes e na maioria das vezes pessoas portadoras de mão-de-obra desqualificada. Estando estes residindo num mesmo espaço, podem participar de iniciativas conforme a criatividade de cada vila. Citam-se como exemplos: indústria de confecção, fábrica de caixas para embalagens de frutas, produção de verduras e legumes, produção de ervas medicinais, produção de uvas, criação de aves para corte e poedeiras, criação de suínos e tantas outras atividades que aos poucos vão surgindo nas 308 vilas já em funcionamento.

## BIBLIOGRAFIA

ABRAMOVAY, Ricardo. **Transformações na vida camponesa: o Sudoeste paranaense**. São Paulo: USP, 1981. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

AVÉ-LALLEMANT, Robert. **Viagens pelas províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo(1858)**. São Paulo: USP, 1980.

BALHANA, Altiva Pilatti. **Campos Gerais: estruturas agrárias**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1968.

BARTHEMESS, Artur. **Ocupação e organização do Paraná Velho**. Boletim Geográfico. Curitiba, AGB, p. 42-63, mai, 1962.

BASBAUM, Leôncio. **História sincera da república**. 6 e. São Paulo: Alfa-Omega, 1991. 254 p.

BERNARDES, Lyzia Maria Cavalcanti. **O problema das frentes pioneiras no Estado do Paraná**. Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro, IBGE, jul/set, 1953. P. 334-384.

FABRINI, João Edemilson. **Assentamentos de trabalhadores sem-terra**. Cascavel: Edunioeste, 2001. 140 p.

FERREIRA, Benedito. **A questão fundiária**. Brasília: Senado Federal, 1986. 173 p.

GUILHERME VELHO, Octávio. **Capitalismo autoritário e campesinato**. São Paulo: Difel, 1979.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1989.

IANNI, Octávio. **As relações de produção na agricultura**. São Paulo, AGB, jun, 1977. p. 119.

\_\_\_\_\_. **A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia**. 2e. Petrópolis: Vozes, 1979. 335 p.

\_\_\_\_\_. **O abc da classe operária**. São Paulo: Hucitec, 1980. 102 p.

\_\_\_\_\_. **Dialética e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1982.

\_\_\_\_\_. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. 194 p.

\_\_\_\_\_. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. 4 e. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986. 316 p.

IAP – Instituto Ambiental do Paraná. **Coletânea de Leis Ambientais**. Secretaria de Estado do Meio Ambiente, 1994.

IBGE. **Contagem da população, 1996 (Cdrn)**.

IPARDES. **Projeto integração de apoio ao pequeno produtor rural**. Curitiba, 1992.

JUNIOR, Caio Prado. **A questão agrária**. 3 e. São Paulo: Brasiliense, 1981. 192 p.

KAUTZKY, Karl. **A questão agrária**. Porto: Portucalense, 1972. 180 p.

LEÃO REGO, Rubem Murilo. **Terra de violência: estudo sobre a luta pela terra no Sudoeste do Paraná**. São Paulo, USP, 1979. Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

MACHADO, Brasil Pinheiro. **Contribuição ao estudo da história agrária do Paraná**. Curitiba, Departamento de História, jun, 1963. P. 1-52.

- MARTINS, José de Souza. **A imigração e a crise no Brasil agrário**. São Paulo: Pioneira, 1973. 222 p.
- \_\_\_\_\_. **Capitalismo e tradicionalismo: estudo sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1979. 161 p.
- \_\_\_\_\_. **O cativo da terra**. São Paulo: Lech, 1986. 157 p.
- \_\_\_\_\_. **Expropriação e violência. A questão Política no campo**. 2 e, São Paulo: Hucitec, 1982. 184 p.
- \_\_\_\_\_. **Não há terra para plantar neste verão: o certo das terras indígenas e das terras de trabalho no renascimento político do campo**. 2 e. Petrópolis: Vozes, 1988. 112 p.
- \_\_\_\_\_. **Sobre o modo capitalista de pensar**. 3 e. São Paulo: Hucitec, 1982. 82 p.
- \_\_\_\_\_. **A militarização da questão agrária no Brasil (terra e poder: o problema da terra na crise política)**. Petrópolis: Vozes, 1984. 134 p.
- MEDEIROS, Leonilde e outros. **Assentamentos rurais. Uma visão multidisciplinar**. São Paulo: Ed.UNESP, 1995. 332 p.
- MULLER, Nice L. **Contribuição ao estudo do Norte do Paraná**. Boletim Paulista de Geografia. São Paulo, AGB, mar, 1956, p. 55-97.
- NOGUEIRA, Antonio de Pádua Ferraz e outros. **Aspectos econômicos, jurídicos e sociais da reforma agrária**. São Paulo: Sobral, 1982.
- OLIVEIRA, Juarez de. **Estatuto da terra. Lei 4.504**. 13 e. São Paulo: Saraiva, 1997.
- PADIS, Pedro Calil. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: Hucitec, 1981.
- PINHEIRO, Diógenes. **Batismo de fogo**. Campinas, 1999. Tese de doutorado em Ciências Sociais da UNICAMP, orientada pela Dra Maria de Nazareth Baudel Wanderley.
- PRADO JUNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- REMOND, René. **Por uma história política**. Trad. de Dora Rocha. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ: FGV, 1996. 464 p.
- RIZZARDO, Arnaldo. **O uso da terra no direito agrário**. Rio de Janeiro: Aide, 1985. 304 p.
- ROMEIRO, A e outros (org.) **Reforma agrária: produção, emprego e renda: o relatório da FAO em debate**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994. 216 p.
- SERRA, Elpídio. **Processo de ocupação e luta pela terra agrícola no Paraná**. Rio Claro: UNESP, 1981.
- SILVA, José Graziano da. **A questão agrária**. Tradução de Edgard Afonso Malagodi e outros. São Paulo: Brasiliense, 1981. 188 p.
- \_\_\_\_\_. **Para entender o plano nacional de reforma agrária**. São Paulo: Brasiliense, S/A. 188 p.
- STEFANINI, Luís de Lima. **A propriedade no direito agrário**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais Ltda, 1978. 302 p.
- VILA RURAL DÁ CERTO. Curitiba: Paraná Governo, 1999. 48 p.
- WACHOWICZ, Ruy Christovan. **Obrageiros, Mensus e colonos: história do oeste paranaense**. Curitiba: Vicentina, 1982.
- \_\_\_\_\_. **Paraná, sudoeste: ocupação e colonização**. Curitiba: Litero-tecnica, 1985.
- \_\_\_\_\_. **Norte Velho, Norte pioneiro**. Curitiba: Vicentina, 1987.
- WESTPHALEN, Cecília Maria et alii. **Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno**. Boletim da Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 1968. P. 1-52.

Recebido em: 20/03/2002

Aceito em: 08/09/2002